PROTOCOLO SIC
SECRETARIA: Secretaria da Fazenda
UNIDADE: São Paulo Previdência – SPPREV
ASSUNTO: Pedido de informação formulado por
EMENTA: Relação de aposentados com incorporações de prêmios e valores gastos. Ausência de resposta. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 031/2018

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à São Paulo Previdência – SPPREV, números SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre a relação completa de aposentados e pensionistas com o PIQ incorporado em seu benefício e o valor gasto com pagamento de PIQ incorporado aos benefícios e aposentadorias de 2015 a 2017.

2. A ausência de qualquer resposta ensejou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.

3. Instado a sanar a supressão de instância, o ente manteve-se inerte.


5. Deve-se consignar que tal direito reflete-se em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas também em respondê-las, ainda que para confirmar, de modo fundamentado, eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada.

6. Assim, imprescindível que o ente público se manifeste quanto à específica demanda de informações suscitada, fornecendo-as em sua integralidade, desde que existentes (inclusive, se o caso, indicando endereço eletrônico em que as mesmas possam ser diretamente obtidas), ou atentando para a necessidade de explícita fundamentação na hipótese de negativa de acesso aos dados requeridos, em vista de alguma das
restritivas circunstâncias legalmente previstas. No caso em tela, o acesso às informações requeridas parece estar assegurado pela Lei, não tendo sido apresentado até o momento qualquer argumento com vistas a excepcionar o paradigma de transparência promovido pela legislação vigente.

7. Diante do exposto, constatada a falta de atendimento da demanda até o presente momento e ausente qualquer justificativa para afastar a regra geral da publicidade, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do § 2º do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527/2011 e no aludido Decreto, conforme esta decisão.


OGE, 31 de janeiro de 2018.

GUSTAVO UNGARO
Ouvidor Geral do Estado